

Estados que têm petróleo querem ICM



Natal — Os Estados produtores de petróleo vão se mobilizar no segundo turno de votação da Constituinte para derrubar o dispositivo

constitucional aprovado na primeira votação, que determinou a isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICM) às operações interestaduais de petróleo, combustível e energia elétrica. A informação é do secretário da Fazenda do Rio Grande do Norte, José Daniel Diniz.

Com a isenção do ICM das operações de petróleo, o Rio Grande do Norte deixará de ganhar cerca de Cz\$ 450 milhões por mês, recursos que poderiam ser incorporados à receita do Estado para seus investimentos. Para Daniel Diniz, é uma medida injusta, porque em todas as partes do mundo o petróleo é uma alavanca ao desenvolvimento, mas no Brasil é justamente o contrário.

O secretário salientou que o Rio Grande do Norte está mais próximo de se tornar o segundo maior produtor de petróleo do Brasil, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro. Quando deveria ser beneficiado pela sua produção, será prejudicado, principalmente por uma posição capitaneada por São Paulo. O secretário propôs, também, a isenção para os automóveis em operações interestaduais.

Josemar Gonçalves



Cabral: texto final em 10 dias

Cabral já iniciou a redação final

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, acredita que terminada a votação de segundo turno da Constituinte, em menos de 10 dias, a Comissão de Redação do projeto constitucional deverá entregar o texto final para a aprovação em plenário. Isso, deverá ocorrer, segundo o relator, porque os membros da comissão já estão trabalhando em torno de redação da matéria.

Os integrantes da Comissão de Redação da Constituinte, de acordo com Cabral, já estão de posse de todo o material votado até agora, ou seja, os seis primeiros títulos do projeto. Na instalação da comissão, o deputado Bernardo Cabral distribuiu aos seus membros um estudo sobre o que deve ser alterado nos 107 primeiros artigos votados.

Conselho de Saúde condena boicote

O presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, Luís Umberto, secretário estadual da Bahia, pediu ao Governo Federal o fim da discriminação e das retaliações políticas no repasse dos recursos da União aos Estados e municípios na área de saúde. O apelo foi feito ontem, quando foi recebido em audiência pelo ministro da Previdência Social, Renato Archer, pedindo ainda a imediata assinatura do convênio definitivo que irá garantir verbas para investimentos no setor de saúde.

«O Governo Federal não pode usar o dinheiro do trabalhador como uma arma de pressão e coação contra quem quer que seja e com qualquer interesse», protestou Luís Umberto, ao solicitar do ministro a convocação de uma reunião com todos os secretários estaduais de Saúde para definição dos critérios que irão justificar o repasse dos recursos aos Estados. «Temos que evitar as negociatas, a intermediação de verbas e o apadrinhamento político», frisou.

O secretário estadual participou de uma plenária da Saúde, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, que reuniu entidades vinculadas à saúde em defesa da aprovação da reforma sanitária pelo plenário da Constituinte. O encontro, segundo Umberto, visa preparar uma ampla campanha nacional em defesa do sistema único de saúde, que corresponde ao texto já aprovado pela Comissão de Sistematização, e de emendas, como a liberação de mais recursos para a saúde, proibição da comercialização do sangue e defesa dos direitos de melhoria das condições de saúde para o trabalhador.

Cobertura

Participaram da cobertura da votação de ontem da Assembléia Nacional Constituinte os repórteres Andrei Meireles, Gérson Menezes, Luís Eduardo Costa, Marcondes Sampaio, Marco Antônio Maurício, Rubem de Azevedo Lima e Sílvia Donnizetti, sob a coordenação de Antônio Marcelo.